

Praxedes, A. F. & Iglesias, F. H. G. (2016). Luz ou Escuridão? Um estudo comparado entre Brasil e Espanha. In M. Oliveira & S. Pinto (Eds.), *Atas do Congresso Internacional Comunicação e Luz* (pp. 163-173). Braga: CECS.

**ALINA FREITAS PRAXEDES & FRANCISCO HUGO GUTIÉRREZ IGLESIAS**

alina.unb@gmail.com; hgij5@hotmail.com

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/FAP-DF (BRASIL) / UNIVERSIDAD  
AUTÓNOMA DE MADRID/EL PAÍS (ESPAÑA)**

## **LUZ OU ESCURIDÃO? UM ESTUDO COMPARADO ENTRE BRASIL E ESPANHA**

### **RESUMO**

A internet surgiu inicialmente como um projeto militar estadunidense. No início dos anos 90 foi disponibilizado seu uso comercial apesar de limitado, porque além do acesso ser restrito economicamente, requeria certo conhecimento sobre tecnologia. Com a evolução nessa área foi possível conectar diversos países através das redes, tornando-se um grande sistema de comunicação que Moraes (2003) denomina como “nova mídia de massa” abrangendo uma parte da sociedade. Esse grande sistema de comunicação onde a informação é repassada de modo interativo diferencia-se das mídias tradicionais e ultrapassa qualquer barreira geográfica. Questionamos atualmente quantos países não possuem acesso a internet? Quais fatores impossibilitam esse acesso? Como é a informação nos países que possuem políticas de censura em seus meios de comunicação? Como a globalização atingiu socialmente, economicamente e culturalmente, favorecendo a exclusão digital? Qual é o papel da educação contra a exclusão digital? São muitos os países excluídos digitalmente, por motivos sociais, políticos e ideológicos, e esses impactos da globalização são mais intensos nos países que foram colonizados. Com esse objetivo, o artigo visa debater os efeitos dessa exclusão digital no cenário mundial, com base no estudo comparativo entre Brasil e Espanha para contrastar a expansão da internet, seus impactos e consequências.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Internet; comunicação; globalização; exclusão digital

## A INTERNET COMO UM GRANDE SISTEMA DE COMUNICAÇÃO<sup>1</sup>

Alguns autores acreditam que a Internet seja um grande sistema de comunicação e, até, uma hipermídia porque é capaz de conter todo modo interativo dentro dele, segundo Piscitelli (1998). Outros consideram a Rede como um mero sistema que oferece uma infinidade de possibilidades, como a de se informar, porém, sendo diferente dos meios tradicionais.

Importante assinalar que a linguagem multimídia é a característica que se destaca por conter expressões visuais, escrito-visuais, sons e audiovisuais. Tudo isto é o que permite incluir dentro da Internet em volta dos sistemas de comunicação e até relacioná-los entre eles. Isto é porque, além de ter suas próprias condições, adiciona-se outras, como a hipertextualidade ou rompe com o tempo e o espaço. Pode-se dizer que a Internet tem a particularidade e capacidade de conjugar duas funções básicas: ser um canal de distribuição da mídia tradicional e dar um espaço à expressão, seja ela por meio da sociedade e/ou para novos emissores.

Ao afirmar que a Internet é um grande sistema de comunicação, é necessário deixar evidente que não se trata de um sistema idêntico como os já existentes. Pelo fato de que, por ser uma Rede “livre e democrática” (a distintos níveis e não sendo uma regra, e que vai de acordo com o país e o nível social, seja pela educação, economia e até pela censura) qualquer pessoa pode falar pela Rede, opinar e informar do que acontece ao seu redor. Isso ocasiona efeitos positivos, como superar o pensamento único ou uma verdade imposta, a espiral do silêncio (Noëlle-Neumann, 1995) ou a agenda setting. Embora a Internet como um meio de comunicação, também possa ter efeitos negativos como, por exemplo, alguém informe sem possuir os conhecimentos, ter uma ética profissional ou realizar um processo necessário de verificação da informação e de fontes que permita obter uma veracidade suficiente como para a publicação sem vulnerabilizar os direitos fundamentais das pessoas.

Levando em conta os fatores positivos e negativos desse novo sistema que permite a comunicação social, pode-se afirmar que Internet é um grande sistema de comunicação muito complexo que distingue dos anteriores. Segundo Marqués (1999), a Internet é uma fonte de informação e um canal de comunicação ao mesmo tempo, que engloba uma enorme base de dados com informação multimídia e também produz um canal de comunicação mundial de acessos fáceis, cômodos e versáteis. Além disso, Romañach (2001) aponta que Internet é uma ferramenta de comunicação social com um duplo sentido: pessoal e estruturada.

<sup>1</sup> Este artigo foi financiado pela FAP – DF (Fundação de Apoio a Pesquisa- Distrito Federal).

## OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E CULTURAL

Neste ponto, é necessário elucidar que a Internet é um grande aliado da globalização e até mesmo do imperialismo cultural. Partindo do pressuposto que a globalização atual tem crescido de modo expansivo, desde a aparição de Internet, e com os avanços nas telecomunicações, a Rede foi desde o início a melhor ferramenta de desenvolvimento da globalização, podendo levá-la a qualquer lugar do mundo, e sendo possível através da conectividade e intercâmbio de informação, capitais e até pessoas, que facilitam esta ferramenta.

O Imperialismo Cultural é a forma de imposição ideológica dos meios de comunicação e de outras formas de produção cultural para estabelecer valores de uma sociedade sobre o restante da população. Segundo Borsch (2002), a TV, rádio, filmes, música e Internet tem uma função importante na transmissão dos valores culturais, nos quais as grandes corporações do ocidente pressionam o resto do mundo e empurra-os à homogeneização. Também podemos encontrá-lo na mídia tradicional que usa a sua própria informação para impor alguns valores e uma cultura para o restante da sociedade (Gutiérrez, 2015).

Segundo essa corrente, os países ricos não só dominam no aspecto econômico, mas também no aspecto cultural, condicionando assim o progresso do mundo. De fato, o consumo de produtos estrangeiros nestes países é até maior que os produtos próprios (Gutiérrez, 2015). Contra essa execução, a Unesco tentou mudar essa realidade, confirmando a existência desse problema, com a criação do Informe McBride e uma linha de atuação contra essa ação, porém não conseguiu. Houve uma pressão dos países dominantes, sobre tudo dos Estados Unidos, que possuía grandes interesses econômicos, para que tudo permanecesse como está atualmente.

A influência da globalização nos aspectos econômicos e nos interesses dos países ocasionou um contexto de grandes protestos na rua, articulados pela Internet. No Egito (2011) o governo decidiu suprimir a Internet no país, uma grande desconexão que deixou à população também sem rede móvel. A medida perdurou cinco dias até o governo estabelecer o acesso novamente. O motivo foi, segundo Manuel Castells (2012), fundamentalmente a pressão dos Estados Unidos. Porém, os motivos econômicos foram também fundamentais. Segundo a Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE), nos cinco dias sem acesso a Internet no Egito, perdeu-se uns 90 milhões de dólares pelo bloqueio das telecomunicações. Uma perda maior ainda, não inclusa nos dados, foi dos negócios entre os setores afetados pela desconexão, como o comércio eletrônico, turismo e os centros de atenção a chamadas.

Deste modo, os países em desenvolvimento mantêm uma grande dependência dos países dominantes. Uma situação que, deste modo, é impossível modificar, e a dependência (econômica e cultural) cada vez se tornará maior. Percebe-se isto também na música local e global e como a segunda se impõe sobre a cultura do país, da região e/ou da cidade. Sendo perceptível nos países que foram colônias de exploração durante séculos. Contudo, o principal aspecto negativo dessa globalização atual e do imperialismo cultural é a homogeneização e supressão da diversidade. Cada vez, e em mais lugares do mundo, as culturas das sociedades, como sua forma de vestir, a arquitetura, a música e comportamento são iguais, ocultando as próprias identidades culturais de cada localidade.

Enquanto o conceito de exclusão digital utilizado neste estudo refere-se ao obstáculo da distribuição desigual do acesso a internet que acarreta impactos políticos, econômicos, sociais e culturais. “A exclusão digital se dá também no interior dos grupos pobres, entre gêneros, raças e grupos etários, e entre diferentes comunidades” (Sorj & Guedes, 2005, p. 106). O acesso a rede telefônica não é inserido na exclusão digital de acordo com esses autores porque apesar de compartilharem da mesma infraestrutura, as características deste dispositivo fazem parte dos produtos “inclusivos para analfabetos”, que podem ser utilizados por pessoas tecnicamente sem nenhuma escolaridade, enquanto os computadores e a Internet exigem um grau mínimo de instrução.

Destarte, rompem a inclusão digital projetando a democratização do acesso as TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), indo além da inclusão restrita no digital, mas permitindo a inserção da informação para população, afinal esta admissão pode melhorar as condições de vida da sociedade. A inclusão digital é também uma inclusão social que objetiva a acessibilidade a todos.

### **(IM) POSSIBILIDADES DE ACESSO NO BRASIL- ESPANHA: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS**

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (PBM 2015), atualmente 48% de brasileiros utilizam a internet, 71% costumam usa-la por computador, sendo que 92% estão conectados através de alguma das redes sociais, principalmente o Facebook, Whatsapp e Youtube. Detectou-se que 79% dos brasileiros confiam no jornal versão tradicional/impressa, deste modo somente 12% leem por semana jornal na versão *online*, com sua maior adesão no Nordeste nos estados do Maranhão (29%), Piauí (22%) e Ceará (21%) e

menor adesão no Acre (0%), Roraima (3%) e Paraíba (3%). Os brasileiros passam em média 4,59 horas na frente do computador de 2<sup>a</sup> a 6<sup>a</sup> feira e 67% estão na busca de informações. A maior frequência do uso da internet feita cotidianamente possui a faixa etária de 16-25 anos.

Para o Brasil incluir digitalmente todo o país, é necessário uma infraestrutura que vá além dos centros urbanos, por exemplo, no Norte, região que apresentou 75,4% em 2013, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (Pnad), o maior percentual de domicílios que usaram o celular para acessar a internet. A região cobre 45,25% do território nacional, então a enorme dimensão atrasou a chegada das fibras óticas e das redes de dados. A conexão sem fio a longa distância tornou-se mais cara e a conexão um pouco mais lenta, deste modo para acessar a internet utilizam majoritariamente a banda larga fixa. Amazonas foi o estado que apresentou o maior uso por celular ou tablet com 39,6%, enquanto o resto do país apresentou 70,8% do uso.

Em 2003 o país apresentava 8% de pessoas com internet nos domicílios, segundo os dados da Fundação Getulio Vargas (2012). Apesar dos avanços, segundo os dados da pesquisa da empresa Akamai (2015), o Brasil está localizado em 89º lugar no ranking mundial com a velocidade de 3,4 Mbps, abaixo da média de 5Mbps e de outros países da América Latina como Argentina, Chile e Uruguai. O país com a velocidade mais rápida no ranking mundial é a Coreia do Sul com 23.6 Mbps.

Os problemas de infraestrutura, institucionais e a grande dimensão territorial do país dificultam os custos de instalação de uma imensa rede de banda larga, deste modo o custo se torna mais caro. E segundo a UTI (União Internacional de Telecomunicações), o Brasil está no grupo de países onde mais se paga para ter acesso a serviços como internet, telefone fixo e celular. Assim, o país perde em mercado de trabalho e crescimento econômico. Sem falar que a população desconectada perde a oportunidade de inserção social, lazer e informação por meios de comunicação do mundo todo.

No estudo da Fundação Getulio Vargas (2012), Brasília (Distrito Federal), foi à cidade que mais tinha usuários da rede que utilizavam a banda larga em seus domicílios, correspondendo a 46,92%. Já Boa Vista (Roraima) possuía 0,36% dos acessos em seus domicílios, comprovando que o acesso a internet no Brasil é para quem tem melhores condições financeiras. Brasília apresenta um dos maiores IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano) do país, índice composto por longevidade, educação e renda. A capital do Brasil ocupa o segundo lugar do ranking, possui um grande índice de qualidade de vida e de custo muito mais alto, comparada as outras cidades.

Boa Vista, como a maioria das cidades da Região Norte, tem o acesso precarizado às redes, porém a cidade ocupa o 11º lugar no ranking de todas as capitais brasileiras no Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), sendo considerada uma cidade com a melhor qualidade de vida da região, por ser uma cidade tranqüila para viver.

O país tem um grande índice de desigualdade, inclusive a digital, então alguns programas foram implementados com o objetivo de minimizar a exclusão digital. “O analfabetismo digital, ao afetar a capacidade de aprendizado, a conectividade e a disseminação de informações, gera consequências virtualmente em todos os campos da vida do indivíduo” (FGV, 2012, p.41). O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) possui um programa de inclusão social e digital nos municípios brasileiro, são mais de dez projetos voltados para causar “impacto nas realidades mais carentes e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população” (Brasil, 2015).

Em abril de 2015, a presidenta Dilma Rousseff se reuniu com o fundador do facebook Mark Zuckerberg, onde foi firmado um acordo para trazer ao Brasil, o projeto Internet.org que permite o acesso a internet via a celular, de modo gratuito e limitado, porque os usuários só podem acessar os sites e serviços permitidos pelo Facebook e seus parceiros. O projeto já funciona em países como Panamá, Gana, Quênia, entre outros. O Brasil visa o Internet.org também no computador tradicional. Ao invés do país buscar mecanismos para criar uma rede de internet acessível, democrática e livre, decide fechar um contrato que facilita a violação dos direitos humanos, já que “toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza (ONU, 1966, art.19).

De acordo com os dados pesquisados em 2013 pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), 4,4 bilhões de pessoas no mundo ainda não têm acesso à internet, sendo que 90% são países em desenvolvimento. Sabemos que muitos fatores contribuem para a impossibilidade do acesso a internet, como as desigualdades sociais, guerras ou climas extremos, entre outros. Como Johnson (2009) afirma “o problema da inclusão está diretamente relacionado às condições políticas, econômicas, culturais e tecnológicas, especialmente nos países africanos” (p.221).

A parceria do Governo Brasileiro com as empresas de telecomunicação americana só favorece a classe dominante. Aparentemente, a ideia parece transformadora ao levar internet onde não há acesso, porém os interesses econômicos prevaleceram e o acesso igualitário aos conteúdos ficará restrito. A comunicação da maioria dos meios tradicionais já é

enviesada, a internet ainda é um espaço onde a informação pode ser buscada através de diversas fontes (exceto em alguns países como a Coreia do Norte). Segundo a PBM (2015) nos últimos 12 meses, 19% acessaram sites de governo e de instituições públicas, 8% entraram em contato com governo ou Instituições públicas por e-mail e 5% participou de votações ou enquetes em sites de governo. Essa democracia via internet é necessária, e os números expressos mostram que a sociedade quase não participa da política do país, e infelizmente essa iniciativa não ira aumenta-la e nem tem pretensão nisso, é apenas uma falsa inclusão.

A ONG Reporters Without Borders (2014) anualmente faz uma pesquisa para localizar os países que possuem alguma censura no ciberespaço. Arábia Saudita, Bielorrússia, Barém, Cuba, China, Egito, Etiópia, Índia, Irã, Coreia do Norte, Etiópia, Paquistão, Reino Unido, Rússia, Síria, Sudão, Tunísia, Turcomenistão e Uzbequistão. E o que esses países têm em comum? Primeiramente, a maioria da sociedade não tem acesso à internet, são governos extremamente autoritários, onde quem ousa expressar a liberdade é perseguido, até mesmo os jornalistas. Desses países, a Coreia do Norte é o que possui a maior censura, o país tem apenas dois websites registrados, sendo um do Centro Oficial de Computação (órgão de controle do uso da rede) e o portal oficial do governo. A internet é totalmente vetada para a população.

No caso da Espanha, os dados mostram um desenvolvimento maior. Segundo o Banco Mundial (BM) em Public Data, com os dados de 2013, últimos publicados pela instituição, um 71,57% da população usa internet, sendo inferior a outros países da Europa como Alemanha (83,96%) ou França (81,92%) e muito mais alto que a Itália (58,46%), por exemplo, que fica próxima dos valores do Brasil (51,6%). Para poder reverter essa exclusão, além do investimento em infraestruturas, é o investimento em educação. Segundo os dados do Banco Mundial de 2012, o Brasil investia 6,35% do Produto Interior Bruto (PIB), França 5,52% e a Espanha 4,37%.

Segundo o questionário sobre equipamento e uso da tecnologia da informação e a comunicação nos lares espanhóis em 2014 do Instituto Nacional de Estadística (INE), 74,4% das residências tem conexão a internet, quase 5% a mais que o ano anterior. Ademais, pela primeira vez na Espanha, se tem mais usuários de internet (76,2%), que no computador (73,3%) pelo uso do celular e tablet para acessar à Rede. Além disso, o estudo mostra que um 51,1% da população participa das redes sociais. A pesquisa também mostra que 74,8% das casas onde mora pelo menos uma pessoa que tenha entre 16-74 anos, dispõe de computador. O celular

aparece em 96,4% das casas, que influencia também na possibilidade de acesso a internet.

Sobre a conexão à internet, 74,4% dos lares espanhóis tem acesso à rede, 4,7 pontos a mais que em 2013. Quase 11,9 milhões de residências possuem acessibilidade na Espanha das quais um 73% usa banda larga. O principal tipo de conexão por banda larga é a conexão móvel (celular), com 67,2% com acesso. Segundo a pesquisa, de acordo com as pessoas sem acessibilidade, 60,6% responderam não necessitar, poucos conhecimentos para seu uso e por razões econômicas: equipamento caro (31%) e altos custos da conexão (28,8%).

Na porcentagem de usuários de internet com frequência (pelo menos uma vez por semana), a Espanha registra 71,2%, sendo as comunidades com um valor mais alto: Comunidad de Madrid (79,3%), Islas Baleares (77,5%), País Vasco (77,3%) e Cataluña (75,1%) e as comunidades com um valor menor Extremadura (63,8%), Galicia (64,65%), Melilla (64,8%) e Castilla – La Mancha (66%). Portanto, os lugares de interior e com uma população mais rural, com exceção de Melilla, são onde o acesso e a frequência do uso da Internet se tornam mais difíceis.

Também segundo o informe anual de cobertura de banda larga na Espanha do Ministério de Indústria, Energia e Turismo do governo espanhol, 2.766 das 8.117 cidades existentes no país (33%) não têm internet acima dos 10 megabits por segundo. Segundo o estudo, também existem 800.000 casas (quase dois milhões de pessoas) onde não se tem acesso nem se quer aos 2 megabits por segundo. Todas essas cidades e casas se encontram no interior do país em zonas rurais, o que acentua as diferenças e desigualdades em relação às cidades urbanas.

Para evitar essas desigualdades existem vários projetos como Red.es, do governo financiados pela União Européia, e a empresa privada Quantis global. Red.es busca o desenvolvimento das funções públicas pela internet, como por exemplo, nos centros educativos, e também tenta dar apoio a médias e pequenas empresas, para descobrir na internet soluções e um impulso para o seu negócio, possibilitando a criação de mais empregos. Outra das ações de Red.es é a educação de crianças, jovens e adultos para a integração na Rede, para poder usar e se beneficiar de todos os seus aspectos positivos. No caso de Quantis, a empresa tenta levar a internet por satélite, por um preço econômico, até aqueles lugares aonde as outras empresas não chegam e tentam evitar assim a desigualdade que existe na Espanha, entre as cidades de interior ou rural e as outras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destaca o autor Lévy (1999)

toda nova tecnologia cria seus excluídos, as conseqüências e os impactos da desigualdade digital caem na população excluída, que não pode debater, criticar e opinar sobre política, não tem acesso ao conhecimento, entretenimento, mercado de trabalho e nem ao atual cenário da globalização, influenciando também no desenvolvimento do país, sendo hoje um dos desafios do século XIX, a ser combatido.

Uma das características deste processo foi a aparição de novas estruturas globais de poder, que vão além dos limites do Estado e que possuem a capacidade de decidir sobre diferentes questões. Voltando ao aspecto de globalização, podemos ter duas leituras: por uma parte, pode-se entender como uma conexão mundial em tempo real que supõe a livre circulação da comunicação e cultura. Porém, também se entende que esse processo provoca uma dominação no aspecto informativo, mais desequilibrados e um aumento das desigualdades Norte-Sul. Produz-se uma diferença grande entre os países chamados de primeiro mundo e os países em desenvolvimento, por exemplo, já que não possuem as mesmas estruturas sociais e materiais, possibilitando que o imperialismo cultural se aproprie desses espaços.

Além disso, segundo os dados expostos, vemos que tanto no Brasil como na Espanha, a possibilidade de acesso à Internet aumenta a diferença entre as grandes metrópoles e as zonas rurais ou cidades menores. Dessa forma, a população que mora em cidades mais urbanizadas detém-se de maiores opções ao procurar informações ou até para realizar seus negócios, e impulsiona-os a ir para frente, diferenciando-se das zonas com um acesso menor ou inexistente. Assim, o acesso à Rede aumenta a desigualdade social das pessoas, sendo necessária a mobilização da sociedade para que os governos se comprometam e minimizem essas desigualdades latentes.

A maquiagem planejada pelo Governo Brasileiro, em relação à inclusão digital no Brasil através do internet.org, não irá solucionar os problemas de exclusão digital no país. Já na Espanha, o governo possui a deficiência em investimento na educação, aplicando uma porcentagem menor que o Brasil, por exemplo, para levar os conhecimentos necessários para o uso da Rede para a população que ainda não sabe acessar. É necessário um trabalho de ambos governos, que deve estar ligado à expansão da rede nas zonas rurais do país, onde esse acesso é menor que nas grandes cidades.

Do mesmo modo, ao analisar os dados do estudo, pode-se afirmar que a diferença entre ocidente ou primeiro mundo e os países em desenvolvimento (neste trabalho exemplificado pelo Brasil) ocorre de modo maior, através das ferramentas ofertadas pela Rede, que não chegam a todo lugar do mesmo modo, e muito menos, em todas as partes desses países. Assim, os dois países investigados (Espanha e Brasil) possuem um ponto em comum, que acontece do mesmo modo tanto nos Países Ocidentais como na América do Sul, é a dificuldade que se têm para os países com grande extensão territorial em fazer que a Internet chegue a todas as partes do seu território com a mesma potencialidade. Isto acontece pelos interesses econômicos das empresas, que faz imprescindível a atuação dos governos com políticas sociais para que a diferença entre as grandes cidades e zonas rurais não seja desigual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, K. C. K. (2009). História e usos da Internet. In BOCC – Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/abreu-karen-historia-e-usos-da-internet.pdf>.
- Akamai (2015). State of the internet. Retirado de <https://www.akamai.com/us/en/multimedia/documents/content/akamai-state-of-the-internet-report-q1-2015.pdf>.
- Brasil (2015). Programa de Inclusão Social e Digital. Retirado de <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/inclusao-digital/programa-de-inclusao-social-e-digital>.
- Castells, M. (2012). *Redes de indignación y esperanza: los movimientos sociales en la era de Internet*. Madrid: Alianza Editorial.
- Gutiérrez, F. H. (2015). La Economía Política de los Medios en el proceso de selección de la información. In VIII Seminario de investigación Semcom2015 de la asociación latinoamericana de investigadores de la comunicación (ALAIIC). San Juan de Puerto Rico.
- INE. Questionário sobre equipamento e uso da tecnologia da informação e a comunicação nas casas da Espanha no 2014 do Instituto Nacional de Estadística (INE). Retirado de <http://www.ine.es/prensa/np864.pdf>
- Johnson, T, (2009), *Nos bastidores da Wikipedia Lusófona*. Minas Gerais: Editora E-PAPERS.

- Marqués, P. (1999). Criterios para la clasificación y evaluación de espacios web de interés educativo. *Revista Educar*, 25, 95-111.
- Moraes, D. (Ed.) (2003). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record.
- Noëlle-Neumann, E. (1995). *La espiral del silencio. Opinión pública: nuestra piel social*. Barcelona: Paidós Ibérica.
- ONU (1966). *Pacto Internacional sobre Derechos Civis e Políticos*. Retirado de <http://www.cne.pt/content/onu-pacto-internacional-sobre-os-direitos-civis-e-politicos>
- Piscitelli, A. (1998). *Post-Televisión. Ecología de los medios en la era de Internet*. Buenos Aires: Paidós Ibérica.
- Romañach, J. (2001). Utilización de Internet por parte de las personas con fines de comunicación social. Un informe empírico. In B. Delgado & B. Fernández, B. (Eds.), *Nuevos conceptos de comunicación*. Madrid: Universidad Complutense.
- Sorj, B. & Guedes, L. E. (2005). Exclusão Digital: Problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos Estudos*, 72, 101-117.